

O INVESTIMENTO PÚBLICO I

Foi anunciado recentemente pelo Governo um plano ambicioso de investimento público. Esse plano inclui, entre outros, o desenvolvimento de capacidade de produção de energia eólica, a construção das linhas do comboio de alta velocidade (TGV) e a construção do aeroporto da Ota. Também recentemente (Público, 17.07.2005), o na altura ainda ministro das Finanças, Luís Campos e Cunha, chamou à atenção para a necessidade de aumentar a qualidade do investimento público, sendo que segundo o antigo ministro 'Hoje viveríamos melhor se certos investimentos não tivessem sido realizados'.

À partida, parece-me positivo, estratégico e com rendibilidade assegurada, embora não dispense fundamentação técnica, o desenvolvimento de capacidade de produção de energia eólica. A escalada a que temos assistido do preço do petróleo no mercado mundial, em grande parte estrutural e devida ao ritmo de crescimento da China, informa a necessidade urgente que o país tem em reduzir a sua dependência energética externa.

Todavia, o Projecto do aeroporto da Ota e o do TGV constituem uma importante fatia do total do investimento previsto. Ora, há dúvidas acerca da rendibilidade económica destes dois últimos Projectos. Sem discussão pública prévia dos prós e contras dos mesmos e das alternativas, fundamentada com análises benefícios custos, é quase certo os ditos Projectos virem a constituir mais dois elefantes brancos, a juntar aos dez estádios de futebol do Euro 2004, ao elefante branco do Guadiana (Alqueva), ao edifício transparente, no Porto, ao circuito de fórmula 1 para Donas Elviras, no Porto, aos molhes do Douro, também no Porto, à barragem de Odelouca (?!...), às auto-estradas da água (?!...), etc. Isto é, está por demonstrar à opinião pública que estes são Projectos que contribuem para o crescimento económico, geradores de mais riqueza, mais receitas fiscais e menos défice nas contas públicas, no futuro. Ou que, sendo Projectos

consumidores de riqueza, há bons motivos (sociais, ambientais, etc.) para os desenvolver. Numa palavra, que vamos viver melhor no país se os ditos investimentos se realizarem.

É certo que os Projectos referidos são bons para o sector da construção civil. Mas o que é bom para o sector da construção civil não tem de ser bom para o país. Pode ser, pode não ser. É certo que, numa lógica de curto prazo e na actual conjuntura de recessão, os Projectos vão ter um efeito contracíclico, empregando recursos que de outro modo não seriam empregues, em particular mão-de-obra com baixa qualificação. Mas, no curto prazo, abrir ruas e a seguir fechá-las teria exactamente o mesmo efeito. E Projectos que contribuam de facto para o crescimento económico também. A diferença entre estas alternativas está no futuro. Ao contrário do que pensam alguns monetaristas de pacotilha, minorar os estragos sobre a estrutura causados pela presente conjuntura (que é adversa) em parte determina o (longo prazo em que nos vamos situar no) futuro. Não sou contra o investimento público, no presente. Mas há uma diferença, no futuro e não no presente, entre fazer investimento público útil ou inútil. Diferença que faz com que nada, mas mesmo nada, justifique investimento público inútil, no presente.

Leonardo Costa

Professor da Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa

Porto, 21 de Julho de 2005